



Resenha da obra “The Democratic Marketplace: How a More Equal Economy Can Save Our Political Ideals”, de Lisa Herzog

HERZOG, Lisa. *The Democratic Marketplace: How a More Equal Economy Can Save Our Political Ideals*. Cambridge MA, 2025, Harvard University Press, 248 páginas. ISBN-13: 9780674294516.

Oscar Morales Bravo ^[a] 

Santiago, Chile

^[a] Universidad de Chile

Como citar: Bravo, Oscar Morales. Resenha da obra “The Democratic Marketplace: How a More Equal Economy Can Save Our Political Ideals”, de Lisa Herzog. *Revista de Filosofia Aurora*, Curitiba, v. 38, e202634279, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1590/2965-1557.038.e202634279>

Recentemente publicada pela Harvard University Press, *The Democratic Marketplace: How a More Equal Economy Can Save Our Political Ideals* (2025), de Lisa Herzog, acadêmica da Universidade de Groningen, inscreve-se em um debate que há décadas vem ganhando centralidade na filosofia política anglo-saxã: o da crise da democracia. Esse debate ganhou força a partir dos anos setenta e oitenta com o auge do neoliberalismo econômico, materializado politicamente nos governos de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos Estados Unidos, e tem reunido desde então pensadores tão diversos como Nancy Fraser, Axel Honneth, Adam Przeworski ou Michael Sandel.

[a] Doutorando em Filosofia pela Universidad de Chile, e-mail: moralesbravo58@outlook.com

O que distingue Herzog nesse concerto de vozes é seu ponto de entrada. Mais do que oferecer um diagnóstico sobre o estado atual das democracias ocidentais, seu livro tenta demonstrar que a fórmula do capitalismo neoliberal caducou como projeto político-econômico, e que avançar em direção a uma sociedade genuinamente democrática exige dois movimentos complementares: evidenciar os profundos desajustes que esse modelo produziu nas relações entre economia e política, e orientar um novo horizonte normativo em consonância com os valores democráticos. A hipótese central que articula todo o argumento é a de que as desigualdades econômicas produzidas pelo capitalismo desregulado são incompatíveis com uma democracia estável e florescente, pois minam suas instituições, corrompem seus procedimentos e destroem a cultura cívica que as sustenta. A solução que Herzog esboça passa por democratizar as relações entre elites econômicas e classe trabalhadora, de modo que se traduzam em vínculos sociais mais justos e igualitários. O horizonte ao qual aponta é o de uma igualdade democrática genuína, entendida como a capacidade efetiva de todos os cidadãos de compartilhar um mesmo estatuto moral e de exercer poder e influência real na tomada de decisões coletivas.

A maior contribuição do livro é apresentar a democracia econômica como um paradigma renovado dentro da filosofia política. Embora não se trate de uma questão inteiramente nova, pois já foi abordada por autores como Mill, Dahl, Schweickart, Pateman ou o próprio Rawls, Herzog levanta desafios adicionais que esses autores não puderam considerar em seu tempo. Quem teorizou sobre a participação democrática nos espaços de trabalho o fez sem atentar para o contexto das grandes corporações transnacionais, o colapso ambiental, o auge do populismo ou as formas atuais de desigualdade multidimensional. Herzog, ao contrário, situa sua proposta precisamente nesse cenário, o que confere ao livro uma pertinência diagnóstica que seus predecessores não podiam ter. Para isso, sem perder de vista os clássicos da filosofia política anglo-saxã do último século, recorre, nos momentos adequados, a estudos empíricos que reforçam e fundamentam seus argumentos normativos, evitando que a análise fique suspensa em um plano puramente abstrato.

É possível rastrear com clareza a posição que Herzog assume e as influências que a marcam. Em termos de legitimidade normativa das relações políticas e das instituições de mercado, sua posição aproxima-se do liberalismo igualitário de John Rawls, segundo o qual as estruturas básicas da sociedade devem poder justificar-se perante todos os cidadãos em condições de igualdade. No entanto, Herzog não se detém no plano distributivo rawlsiano, mas o estende ao interior da vida econômica cotidiana. Nessa direção, retoma a herança de John Stuart Mill e sua visão de um socialismo liberal ou democrático, especialmente sua defesa da participação dos trabalhadores na gestão das empresas como condição de uma liberdade real e não meramente formal. A isso se soma a influência de Elizabeth Anderson e sua crítica às hierarquias arbitrárias no local de trabalho, bem como de Amy Gutmann e sua ênfase na deliberação democrática como fundamento da legitimidade política.

Dado seu compromisso com o marco liberal, Herzog se afasta, embora em certos pontos a distância não seja tão grande quanto poderia parecer, das posturas comunitaristas que definem a boa vida a partir do sentido de pertencimento a uma comunidade particular e suas tradições compartilhadas. Seu ponto de partida continua sendo o indivíduo e seus direitos e liberdades, não uma concepção substantiva do bem

coletivo imposta de fora. No entanto, as virtudes cívicas e democráticas ocupam um lugar importante em seu tratamento, demonstrando que Herzog busca um ponto de equilíbrio entre o indivíduo liberal e o cidadão comprometido com a vida pública. A vertente que adquire maior peso em sua argumentação é a do pragmatismo democrático de John Dewey. A ideia central que toma de Dewey, “a democracia como forma de vida” (Dewey, 1939, p. 226), supõe um *ethos* democrático que transcende os meros procedimentos de eleição de representantes. A democracia não é apenas um mecanismo institucional, mas uma cultura de relações entre iguais que deve impregnar todos os âmbitos da vida social, incluindo o econômico. Desse modo, Herzog consegue articular de maneira coerente a dimensão institucional da democracia com sua dimensão relacional: as formas concretas em que os cidadãos se tratam mutuamente no mercado, no trabalho e na vida pública.

O argumento que me parece mais importante do livro é o que articula a desregulação dos mercados, o surgimento das grandes corporações transnacionais e suas consequências políticas. Para descrevê-lo, Herzog cunha o conceito de refeudalização: sem contrapoder democrático, sem prestação de contas nem mecanismos de controle e equilíbrio, os mercados tendem a reproduzir hierarquias de poder semelhantes às do feudalismo. Essa dinâmica rompe os limites entre a vida privada e o trabalho, precariza as condições laborais e submete os trabalhadores aos interesses da empresa, de modo que a cidadania se converte em mera subordinação. Os indivíduos deixam de ser cidadãos em sentido pleno para se tornarem, segundo a lógica do mercado, investidores, proprietários ou clientes. Herzog propõe-se então a difícil tarefa de esclarecer a relação entre democracia e trabalho, assinalando que a falta de tempo dos trabalhadores os impossibilita de se organizar em defesa de seus próprios interesses, mesmo quando isso estaria justificado. Desenvolver e exercer uma democracia saudável requer tempo para a preparação e a deliberação, e esse tempo é precisamente o que o capitalismo desregulado subtrai sistematicamente de quem menos poder tem.

Intimamente ligado ao anterior está sua crítica ao critério de eficiência como valor supremo da economia neoliberal. Herzog segue aqui a Rawls (1971), que já advertia que a eficiência não pode funcionar como critério último da legitimidade moral em uma sociedade democrática, pois subordina a igualdade de estatuto e os direitos cidadãos a uma lógica que é aparentemente técnica mas que na realidade encobre decisões políticas que concentram poder e riqueza. Assim, Herzog sustenta que a promessa do trickle down, segundo a qual o aumento dos benefícios corporativos acabaria por beneficiar os cidadãos mais pobres, não só resulta empiricamente insustentável como contribuiu para ampliar as brechas sociais. Essa assunção de neutralidade técnica gera ainda uma relação vertical entre especialistas e cidadãos que põe em xeque as bases da legitimidade democrática. A pergunta que o livro deixa em aberto é como integrar a necessária expertise técnica dentro dos processos democráticos sem que a tecnocracia os esvazie de conteúdo.

O livro não está isento de limitações. A mais evidente é o tratamento insuficiente da questão ambiental. Herzog acusa com razão as práticas extrativistas e exploradoras das corporações, que se esquivam de sua responsabilidade pelos danos ambientais e climáticos, no entanto, o tema aparece e desaparece ao longo do texto sem se articular com o argumento central sobre a democracia econômica. Dado que o colapso ambiental é, em boa medida, uma consequência do mesmo modelo que a autora critica,

seu tratamento marginal não é apenas uma omissão temática, mas uma inconsistência interna, já que, se aspira a oferecer uma visão ampla do capitalismo desregulado, não pode se dar ao luxo de tratar a questão ambiental como nota de rodapé.

Uma segunda limitação é a ausência de um diálogo mais sustentado com a tradição socialista. Para um livro que propõe democratizar a economia e questionar o capitalismo, é surpreendente a falta de *engagement* com essa herança intelectual e histórica. Herzog prefere manter-se dentro dos limites do liberalismo igualitário anglo-saxão, evitando deliberadamente o debate em termos de capitalismo versus socialismo. Isso é compreensível em parte, pois a relação entre democracia e marxismo não foi precisamente harmoniosa, e Herzog não está sozinha em fugir dessa polêmica. Contudo, a tradição socialista é muito mais rica e diversa do que sua versão autoritária do século XX, e ignorá-la empobrece tanto o diagnóstico quanto o horizonte de alternativas. Uma pesquisa mais profunda nessa direção não teria comprometido sua posição liberal, mas teria ampliado consideravelmente o alcance do argumento.

A limitação mais significativa, no entanto, é a que afeta a viabilidade política de suas propostas. Herzog é convincente no diagnóstico e no horizonte normativo, porém é vaga nos mecanismos concretos de transformação. Não fica claro como se passa do capitalismo desregulado atual para a democracia econômica que propõe, especialmente diante de atores com interesse direto em bloquear essa mudança, que são precisamente as corporações que ela mesma descreve como o nó do problema. Suas soluções, embora razoáveis em princípio, sustentam-se em um terreno que frisa a utopia. Poderia tentar-se uma defesa apelando a Rawls, que projeta precisamente sua teoria ideal aplicada no contexto de uma sociedade bem ordenada. Mas essa defesa não está disponível para Herzog, precisamente porque ela mesma se propõe a instalar o debate na realidade política concreta e não no plano de uma sociedade ideal. É nesse ponto que o livro mostra seu limite mais honesto: consegue articular com clareza para onde deveria ir a democracia, mas deixa em aberto a pergunta mais difícil, a de como chegar lá a partir daqui.

Sem prejuízo dessas observações, *The Democratic Marketplace* é uma contribuição significativa e oportuna ao debate em torno da crise da democracia. Trata-se de uma postura comedida, que não aspira a romper com o mercado capitalista, e sim a democratizá-lo, rejeitando tanto o procedimentalismo vazio quanto as tentações tecnocráticas. Herzog sustenta com convicção que a economia deve estar a serviço da democracia, e não a democracia a serviço do mercado. A proposta de uma democracia laboral, com todos os desafios de viabilidade que supõe, abre uma agenda de reflexão que a filosofia política não pode continuar postergando. O livro tem ainda a virtude de estar escrito com clareza e acessibilidade, o que permite que sua mensagem alcance um público mais amplo do que o estritamente acadêmico. Nesse sentido, a voz de Lisa Herzog representa uma contribuição fresca e comprometida a um dos debates filosóficos mais urgentes do presente.

Declaração de disponibilidade de dados

O presente artigo tem como foco principal contribuições de natureza teórica ou metodológica, sem a utilização de conjuntos de dados empíricos. Dessa forma, conforme as diretrizes editoriais da revista, o artigo está isento de depósito no SciELO Data.

Referências

DEWEY, John. Creative democracy: the task before us. In: BOYDSTON, Jo Ann (ed.). *The later works of John Dewey*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1939. v. 14, p. 224-230.

HERZOG, Lisa. *The Democratic Marketplace: How a More Equal Economy Can Save Our Political Ideals*. Cambridge MA, Harvard University Press, 2025.

RAWLS, John. *A Theory of Justice*. Cambridge Ma, Harvard University Press, 1971.

Editores responsáveis: Léo Peruzzo Júnior e Jelson Oliveira.

RECEBIDO: 08/03/2026

APROVADO: 10/03/2026

RECEIVED: 03/08/2026

APPROVED: 03/10/2026